

Reflexões sobre o conceito de epistemologia na análise do turismo e o enquadramento categorial da diversidade de concepções de ciência¹

Eduardo Moraes Sarmiento

Phd em Economia, especialização em Turismo na ULHT
Docente do Curso de Turismo e coordenador da unidade de investigação científica

Resumo: O actual artigo pretende sistematizar uma série de reflexões que possam contribuir para a definição e reflexão crítica de uma metodologia de análise centrada no campo da Epistemologia do Turismo.

De uma forma geral, neste artigo ir-se-á, tentar estabelecer uma ponte entre as reflexões da filosofia das ciências e propor a sua adaptação às reflexões epistemológicas e metodológicas inerentes ao Turismo.

Palavras chave: Epistemologia; Investigação em turismo

Abstract: *This article pretend to analyze various reflections that can contribute to the definition and critical reflection of an analysis methodology centered in the field of tourism epistemology.*

In general terms, we will try to establish a bridge between the reflections from the sciences philosophy and propose its adaption to the epistemological and methodological reflections inherent to tourism.

Key words: Epistemology; Tourism investigation.

¹ A concepção deste artigo integra uma adaptação parcial de um documento de trabalho realizado no âmbito de um projecto de investigação apresentado à FCT (Referência do projecto: POCTI/AFR/55830/2004) e coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Sangreman intitulado "A Cooperação Descentralizada: os Actores não Estatais na dinâmica de Mudança em Países Africanos - o caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, 2000-2004". Participaram neste projecto o CEsa (Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão), a Universidade de Aveiro e a ACEP (Associação para a Cooperação entre os Povos).

A gênese e as características da epistemologia

A discussão sobre o que se entende por epistemologia, qual é o seu estatuto e o seu papel enquanto disciplina, tem-se perpetuado como um tema controverso ao longo dos anos, a que não será alheio o facto de se estar perante um tema que é susceptível de assumir diferentes perspectivas consoante a formação científica dos autores que estão envolvidos.

Neste artigo, não é nossa intenção encetar uma discussão exaustiva sobre a história da sua evolução e as diferentes perspectivas, mas tão só enquadrar os principais aspectos subjacentes à sua caracterização, de molde a se poder definir um corpo teórico que permita enquadrar e aprofundar o tema de análise proposto.

Neste sentido, podemos tipificar que a epistemologia a partir de três principais modos de delineamento do seu estatuto disciplinar, a saber (Pombo, s/d): (i) epistemologia enquanto ramo da filosofia²; (ii) epistemologia como actividade emergente da própria actividade científica³ e (iii) epistemologia como disciplina autónoma. Neste caso, a epistemologia pode ser considerada como uma investigação metacientífica, uma "ciência da ciência", disciplina de segundo grau constituindo domínio de epistemólogos e apresentando o seu próprio objecto⁴ e o seu próprio método⁵.

² No prolongamento da reflexão gnoseológica e metodológica, a epistemologia pode ser compreendida como uma reflexão filosófica sobre o conhecimento científico, constituindo pois uma área de excelência para a intervenção dos filósofos.

³ A epistemologia é aqui considerada como uma tarefa que só o cientista poderá concretizar, analisando e reflectindo sobre a sua própria actividade científica, explicitando as suas regras de funcionamento, o seu modo próprio de conhecer. Neste contexto, o cientista como que ultrapassa o seu papel assumindo o papel de filósofo.

⁴ Encarado como o discurso científico e/ou a actividade científica bem como os seus produtos.

⁵ Consoante os casos, a análise lógica da linguagem científica no neo-positivismo de Carnap, Hempel, Raichenbach ou Nagel; o método psico-genético e histórico-crítico do projecto piagetiano de uma Epistemologia Genética; o comparativismo transcendental de G. G. Granger de uma epistemologia comparatista; ou ainda as abordagens mais teóricas e especulativas de Bachelard, Popper, Kuhn ou Lakatos.

Principais períodos relativamente ao tipo de questões que a Filosofia tem colocado à Ciência

A ciência constituiu, desde sempre, um dos focos centrais de reflexão da filosofia. No entanto, os parâmetros que têm orientado esta reflexão têm-se vindo a alterar ao longo dos tempos, fruto, em grande parte, da própria evolução da ciência. Numa tentativa de compreensão daquela mudança é possível identificar-se três grandes períodos relativamente ao tipo de questões que a filosofia tem colocado à ciência (Pombo, s/d).

Num primeiro período (até sensivelmente ao século XVI), a pergunta base passaria simplesmente por se saber se **a ciência era ou não possível**.

Existem duas posições distintas. Por um lado, a dos cépticos que recusavam a possibilidade da ciência dado considerarem não ser possível chegar a um conhecimento universal, pois todo o conhecimento é necessariamente subjectivo. Em contrapartida, encontrávamos a posição dos grandes sistemas filosóficos de Aristóteles e Platão que defendiam a ciência bem como a sua possibilidade de evolução.

Um segundo período poderia ser delimitado a partir do século XVIII. Tendo por base, o sólido edifício científico de Newton, Kant considera não ter já cabimento perguntar se a ciência é ou não possível pois ela constituía já um facto indiscutível.

Neste contexto, importa então perguntar **como é que a ciência é possível** bem como analisar as condições que permitiram passar de um conhecimento subjectivamente determinado para um conhecimento universal como acontece com a física de Newton.

Finalmente, no terceiro e último período que se prolonga até aos nossos dias a filosofia pretende obter respostas para a questão de saber **o que é a ciência**.

Entre as várias formas de perguntar o que é a ciência, podem-se distinguir dois modos fundamentais alternativos: o normativo e o descritivo.

Relativamente ao primeiro dos modos, o **normativo** importa referir que o seu principal objectivo é identificar as condições de validade que permitirão distinguir um enunciado

científico do de um não científico. Neste âmbito, podemos tipificar três tipos de respostas:

Confirmação positiva – os enunciados científicos distanciam-se dos não científicos porque têm a possibilidade de serem confirmados positivamente pela experiência. Assim, haverá sempre algures, na relação entre o sujeito e o mundo, a presença do facto, enquanto forma positiva de confirmar um enunciado. Este tipo de resposta corresponde à posição positivista e neo-positivista.

Confirmação negativa – um enunciado é científico, não porque possa ser confirmado pela experiência, mas precisamente quando por ela pode ser refutado. Esta posição, Bachelariana na sua origem, é fundamentalmente desenvolvida por Popper o qual afirma que um dado enunciado pode ser considerado científico quando for possível fazer tentativas no sentido de o refutar.

Confirmação formalista – um enunciado é científico quando é internamente compatível com um dado conjunto de proposições que formam um sistema a partir do qual podem ser operativamente deduzidas um leque significativo de consequências. Os defensores desta solução afirmam que não há qualquer possibilidade de confirmar, quer positiva, quer negativamente, qualquer enunciado científico pela sua confrontação com a realidade. Trata-se de uma concepção completamente diferente das anteriores, não-experimentalista mas formalista, que fecha a ciência numa linguagem própria, num sistema interno de signos que pode vir a mostrar-se importante para compreender o mundo.

Categorias Epistemológicas

A multiplicidade de respostas para as questões anteriores reflectem a grande diversidade de concepções da ciência. Desta forma, é útil que se tipifiquem algumas categorias epistemológicas que ajudem à sua classificação e organização. De acordo com Olga Pombo (s/d), podem-se definir quatro categorias epistemológicas e que se encontram indicadas na figura seguinte.

PRINCIPAIS TIPOS DE CATEGORIAS EPISTEMOLÓGICAS

1 Epistemologias Gerais (A. Comte)	/ Regionais (Canguillhem/Monod)
2 Epistemologias Continuístas (Duhem)	/ Descontinuístas (Bachelard/Popper/Kuhn)
3 Epistemologias Cumulativistas (Bachelard/Popper)	/ Não Cumulativistas (Kuhn)
4 Epistemologias Internalistas (Bachelard/Popper)	/ Externalistas (Kuhn/Koyré/Ziman)

A categoria relativa às **epistemologias gerais e regionais (1)** diz respeito ao âmbito de uma epistemologia, à extensão do seu campo de análise.

As primeiras epistemologias a aparecer foram as regionais. Foi Augusto Comte (1976) quem formulou, no séc. XIX, a primeira concepção generalista da ciência defendendo que as várias ciências são expressão da actividade do espírito humano, embora cada uma contenha a sua especificidade. Por esta razão, é lícito que haja uma epistemologia da física, da matemática e das ciências humanas. Todavia, para se conseguir alcançar uma verdadeira compreensão da ciência, é necessário articular todas essas disciplinas e reconhecer a sua pertença a um núcleo fundamental. Kuhn (1989) é outro autor que partilha esta perspectiva. Embora os seus trabalhos privilegiem sobretudo a Física, eles dizem respeito à ciência em geral, procurando explicá-la na globalidade e não numa área científica em particular.

Numa perspectiva **regionalista** considera-se pois, uma ciência em particular como acontece com a matemática, a biologia ou a sociologia, entre outras.

Torna-se difícil enquadrar Bachelard numa destas áreas pois tanto pode pertencer a uma como a outra consoante a perspectiva através do qual se analisam os seus trabalhos, o que, por outro lado, mostra bem o carácter artificial deste tipo de classificações. Por outro lado, ele próprio considera que a epistemologia deve partir das várias regiões do saber, acompanhar cada uma delas, a sua evolução, o seu crescimento, as suas rupturas. Só *a posteriori* faria sentido um sistema epistemológico geral. Dentro desta perspectiva regionalista defende mesmo uma epistemologia de *pormenor epistemológico* onde cada noção, cada conceito, é objecto de um estudo epistemológico profundo e detalhado.

Numa perspectiva **generalista** considera-se a ciência na sua totalidade. Trata-se de uma epistemologia que procura pensar a ciência na sua globalidade ou as ciências no seu conjunto.

A categoria das **epistemologias continuistas e descontinuistas (2)** centra a sua atenção no modo como pode ser entendido o progresso da ciência.

De acordo com os **continuistas** a ciência progride sem sobressaltos na medida em que cada teoria contém os fragmentos, as bases ou os embriões da teoria seguinte. Os epistemólogos defensores desta perspectiva procuram compreender como é que uma teoria engendra ou prolonga uma outra, estabelecendo relações de filiação entre elas. O continuista tende portanto a considerar as mudanças qualitativas como resultantes de um acréscimo quantitativo, que se constitui de uma forma uniforme, numa escala sempre ascendente. O progresso será então uma lenta e contínua aquisição de novas verdades em que umas proposições engendram outras procurando mostrar de que modo uma proposição mais recente tem as suas raízes em teorias mais antigas e, por sua vez, abre para o futuro um leque de possibilidades.

De acordo com os **descontinuistas** a ciência progride através de rupturas, por negação de teorias anteriores. Estas epistemologias estão especialmente atentas não às filiações mas às rupturas, não aquilo que liga as teorias entre si mas aquilo que as separa. O progresso dos conhecimentos científicos faz-se através de rupturas, isto é, através de grandes alterações qualitativas que não podem ser reduzidas a uma lógica de acréscimo de quantidades; faz-se através de momentos em que se quebra a tradição e em que esta é substituída por uma nova teoria. Enquanto as primeiras epistemologias são predominantemente continuistas, este modo descontinuista de conceber a ciência é muito característico das últimas cinco décadas.

Para Bachelard (1972), por exemplo, o progresso da ciência faz-se "*dizendo não*" às teorias e concepções anteriores. A descontinuidade da ciência revela-se em muitos aspectos, por exemplo, nas *técnicas* que podem ser directas ou indirectas; nos *conceitos* que evoluem no sentido de uma maior racionalidade; nos *métodos*, nos próprios *objectos* que, de existentes na natureza, passam cada vez mais a ser fruto da criação intelectual do cientista. Segundo Kuhn, outro descontinuista, não é apenas a teoria que muda mas sim todo o paradigma. Há descontinuidades no próprio modo de

pensar o mundo, nas decisões metafísicas que o fundamentam, nas práticas científicas comuns a uma determinada comunidade.

A categoria das **epistemologias cumulativistas e não cumulativistas (3)** prende-se com o modo como é entendida a relação temporal que se estabelece entre a ciência e a verdade.

Os epistemólogos **cumulativistas** defendem que a ciência é progressiva, resultado de um acréscimo de saber, de uma acumulação de conhecimentos que se processa ao longo da escala do tempo. Durante esta progressão, a ciência aproxima-se cada vez mais da verdade, cada nova teoria sendo mais verdadeira que a anterior. Esta perspectiva pode ou não admitir a existência de rupturas na ciência, ou seja, estar articulada com concepções descontínuas (em que cada novo estágio, determinado por uma fase de ruptura, está mais próximo da verdade que o anterior) ou, pelo contrário, conceber de forma contínua o acréscimo de saber característico do conhecimento científico.

Bachelard (1972) é nitidamente um filósofo cumulativista. Ele defende que a ciência cresce ao longo do tempo através de um processo de acumulação de conhecimentos. É importante frisar porém que, segundo este autor, tal crescimento da ciência em direcção à verdade não se faz por justaposição mas sim por reorganização *dialéctica*.

Numa perspectiva **não cumulativista** cada nova teoria não é necessariamente mais verdadeira que as anteriores, constituindo apenas uma outra maneira de encarar o mundo. Aliás, a questão da proximidade relativamente à verdade não é relevante. O que importa é avaliar de que modo, cada nova teoria, além de constituir uma diferente maneira de pensar o mundo, possui um campo de aplicação maior ou menor que as anteriores.

Para Kuhn (2003) não é possível nem sequer importante saber se um dado paradigma é mais verdadeiro que os outros; interessa é saber que esse paradigma é outra maneira de pensar o mundo e o seu campo de aplicação. O ideal seria ter vários paradigmas disponíveis com os seus vários campos de aplicação. O facto de um paradigma vir depois do outro não significa que seja mais verdadeiro, significa muito simplesmente que é outro. Em paradigmas passados consideram-se alguns fenómenos que os actuais não conseguem explicar. Perante a física Newtoniana e a física da relatividade um epistemólogo cumulativista dirá que a segunda é mais verdadeira do que a primeira porque é mais fiel em relação

ao que efectivamente ocorre na natureza. Um epistemólogo não cumulativista, como Kuhn, tenderá pelo contrário, a dizer que constituem dois paradigmas diferentes que correspondem a duas maneiras diferentes de conceber o mundo e praticar a ciência.

Finalmente, encontramos as **epistemologias internalistas e externalistas (4)** e cujo foco de atenção se centra no tipo de relação que se estabelece entre a ciência e as restantes actividades humanas.

Segundo a perspectiva **internalista** a ciência aparece como uma forma autónoma do conhecimento. A sua especificidade é tão grande que é possível, e nalguns casos indispensável até, entendê-la abstraindo de tudo aquilo que a rodeia. A ciência deve ser pensada, em função do desenvolvimento dos seus próprios objectos, leis, métodos e processos. Ao entrar com outros factores externos perturba-se a compreensão de uma construção intelectual que vale por si, que tem a sua própria força, a sua própria dinâmica. A ciência deve pois ser estudada independentemente de quem a produz e das condições históricas da sua emergência. Bachelard tem claramente uma posição internalista. Para ele, a ciência é um continente muito próprio, muito específico e por isso, o seu desenvolvimento deve ser visto independentemente da biografia de quem a faz e do contexto em que ela se produz.

De acordo com a perspectiva **externalista**, a ciência é uma actividade humana que para ser compreendida, necessita de ser inserida no conjunto mais amplo de todas as actividades humanas. Ao estudar-se a ciência de uma determinada época há que estudar a estrutura social, a relação das classes, o modo de produção, a personalidade dos cientistas, os sistemas artísticos e culturais dessa época.

Problemas da epistemologia

Perante a reflexão avançada na secção anterior e a variedade de possibilidades de análise e de autores envolvidos, facilmente se antecipa a possibilidade de existência de divergência de pontos de vista bem como da existência de constrangimentos que condicionarão o sentido de uma determinada teoria do conhecimento. Nesta secção, importa pois analisar mais pormenorizadamente alguns dos principais problemas com que a epistemologia de depara.

O problema analítico: relaciona-se com a tentativa de dar uma explicação ou definir o conceito, de forma mais precisa possível sobre, o que se deve entender por "conhecimento". Por exemplo, como se distingue (ou se deve distinguir) o conhecimento da simples crença ou opinião?

O problema da demarcação: pode ser dividido em dois sub-problemas. Primeiro, o problema "externo". Supondo-se que se sabe de algum modo o que é o conhecimento, pergunta-se se será possível determinar à partida as coisas que se podem esperar conhecer. Ou como se refere amiúde, será possível definir o âmbito e os limites do conhecimento humano? Será que há assuntos acerca dos quais podemos ter conhecimento, enquanto há outros acerca dos quais não podemos ter mais do que uma opinião (ou fé)? Será que há uma quantidade significativa de formas de discurso que ficam simultaneamente fora do domínio do "factual" ou do que "tem sentido"? Concluindo, o objectivo é delimitar uma fronteira que permita distinguir a província do conhecimento de outros domínios cognitivos. Em segundo lugar temos o problema "interno" que questiona a existência de fronteiras significativas no interior do domínio do conhecimento. Por exemplo, muitos filósofos têm defendido que há uma distinção fundamental entre o conhecimento *a posteriori* ou "empírico" e o conhecimento *a priori* ou "não empírico". O conhecimento empírico depende (de uma forma ou de outra) da experiência ou observação, ao passo que o conhecimento *a priori* é independente da experiência, fornecendo a matemática o exemplo mais claro. Contudo, outros filósofos negam que se possa fazer tal distinção (Williams, 2001 e Dancy, 1995).

Ainda neste ponto, podemos reforçar o facto do pensamento dialéctico não poder separar o sujeito do objecto, o que significa que sem se cair na unilateralidade do idealismo que reduz o objecto do sujeito ou do materialismo que reduz o sujeito ao estatuto de objecto, deve-se verificar que a dualidade sujeito - objecto só pode ser concebida e pensada de uma maneira válida desde que se consiga integrá-los numa estrutura de conjunto, caracterizada - e é nisto que reside a dificuldade de formulação de qualquer pensamento dialéctico - pelo facto de não poder constituir objecto de pensamento adequado nem objecto de acção (Goldmann, 1984).

O problema do método: relaciona-se com o modo como obtém ou se procura o conhecimento. Neste âmbito, podem-

-se sistematizar três categorias de sub-problemas. A primeira categoria está associada ao problema da "unidade". No fundo, pretende-se saber se existe apenas uma forma para adquirir conhecimento, ou há várias, dependendo do tipo de conhecimento em questão. Um exemplo desta situação tem que ver com a postura de alguns filósofos que têm salientado existirem diferenças significativas entre as ciências naturais e as sociais ou humanas. A segunda categoria prende-se com o problema do desenvolvimento ou do progresso. Aqui pretende-se saber a possibilidade de melhoria das nossas formas de investigação. Recorde-se que no séc. XVII este era um problema de importância capital para os filósofos que defendiam os avanços científicos contra o que consideravam ser o dogmatismo estéril da escolástica (a versão semi-oficial das posições filosóficas e científicas de Aristóteles ensinada nas universidades e "escolas"). Finalmente, a terceira categoria prende-se com o problema da "razão" ou da "racionalidade". A preocupação aqui subjacente é determinar se há métodos de investigação, ou de fixação de crenças, que sejam claramente racionais e, no caso da resposta ser positiva, quais são (Williams, 2001 e Dancy, 1995).

O problema do cepticismo: prende-se com a possibilidade de obtenção de conhecimento. Esta é uma questão delicada já que incorpora argumentos poderosos, alguns bastante antigos, a favor da resposta negativa. Por exemplo, embora o conhecimento não possa assentar em pressupostos brutos, todos os argumentos têm de acabar por chegar ao fim. Parece que, em última análise, as opiniões das pessoas assentam em indícios que elas não podem justificar e não podemos considerar conhecimento genuíno. O problema que aqui se coloca, então, é o de conhecer os argumentos do cepticismo filosófico, a tese que defende a impossibilidade do conhecimento. Uma vez que há uma ligação forte entre conhecimento e justificação, o problema do cepticismo está intimamente ligado ao problema da justificação (Williams, 2001 e Dancy, 1995).

São vários os filósofos que têm atribuído um estatuto privilegiado ao problema do cepticismo na teoria do conhecimento. Isto é de tal forma evidente que é habitual identificar-se praticamente o problema do conhecimento com este problema. Existem diversos argumentos a favor desta perspectiva. Há um consenso generalizado relativamente ao facto de a idade moderna da filosofia começar com Descartes (1596-1650), cujo contributo fundamental foi ter indu-

zido a filosofia a realizar uma viragem enfaticamente epistemológica. Descartes, insatisfeito com o ensino ministrado no seu tempo, defendeu um corte radical com o passado tendo procurado construir uma visão do mundo e do nosso conhecimento dele a partir dos seus alicerces. Ao promover esta reconstrução, afirmou aceitar como princípios básicos apenas aqueles que, não podiam ser colocados em dúvida. Por outras palavras, ele recorre ao argumento céptico como um filtro para eliminar todas as opiniões duvidosas: devemos aceitar apenas as proposições que resistam ao mais determinado assalto céptico. Por confiar no facto de ter encontrado tais proposições, Descartes não é realmente um céptico. Não obstante, a sua "dúvida metódica" coloca os problemas do cepticismo no centro da reflexão.

A par destas considerações históricas, existem razões teóricas fortíssimas a favor da posição que afirma que os problemas cépticos são a força motriz por detrás das teorias filosóficas do conhecimento. Uma das formas mais esclarecedoras para compreender a diferença entre as teorias tradicionais do conhecimento é considerá-las tentativas de descolagem de ideias concorrentes sobre os erros dos argumentos cépticos.

Quando se colocam as preocupações relacionadas com o cepticismo no centro da epistemologia, torna-se evidente o que distingue a reflexão filosófica do conhecimento. Tal reflexão responde a preocupações profundas sobre se de facto o conhecimento é possível. Isto não pode ser considerado uma matéria científica estrita na medida em que o cepticismo questiona todo o alegado conhecimento, incluindo o científico.

Todavia, a ameaça do cepticismo não foi nunca o verdadeiro motivo da reflexão filosófica sobre o conhecimento humano. Uma distinção útil neste contexto, é a que se pode estabelecer entre o objectivo do filósofo e a sua tarefa ou por outras palavras, entre o que ele espera alcançar e o modo como pensa que deve prosseguir. O cepticismo tem-se constituído como o problema epistemológico dominante na idade moderna já que eliminar a argumentação céptica é quase invariavelmente uma das suas tarefas fundamentais. Por exemplo, se se suspeita que certo tipo de afirmações são mais vulneráveis aos ataques cépticos do que outras, explorar os limites do cepticismo oferecerá uma via para definir demarcações significativas. Ou, dito de outro modo, se pudermos mostrar onde erram os argumentos cépticos, é de esperar aprender importantes lições sobre conhecimento e

justificação. Não é necessário estar no espaço das conclusões cépticas para nos interessarmos pelos argumentos cépticos.

Dancy (1995) concluiu que existia uma distinção entre cepticismo local e global tanto ao nível da crença justificada como do conhecimento. Estes dois tipos de cepticismo exigem a definição de argumentos que os sustentem o que nos leva ao problema com que a epistemologia se tem de deparar: a tentativa de avaliar e refutar estes argumentos à medida que eles vão surgindo.

O problema do valor: dos problemas anteriormente referenciados, este é habitualmente o menos discutido, o que é um erro pois todos os outros problemas dependem deste. Se o conhecimento não tivesse importância, não se perderia tempo a imaginar como o definir, como o obter, nem a traçar linhas à sua volta. Nem seria importante refutar o céptico. Se não houvesse valor no conhecimento, o cepticismo seria provavelmente ainda um *puzzle* mas não seria um problema. Contudo, a verdade é que o conhecimento tem importância independentemente de ser um conhecimento definido de acordo com alguns critérios muito estritos ou através de outros conceitos epistemológicos, tais como justificação ou racionalidade. Existem algumas razões para tal facto.

Uma delas prende-se com o facto da preocupação com o conhecimento (ou com realidades afins) estar de tal forma enraizada na tradição ocidental que ela não é opcional. Esta tradição, que nos seus aspectos filosóficos e científicos, tem as suas origens na Grécia clássica, é globalmente e no seu sentido mais lato uma tradição racionalista e crítica. A ciência e a filosofia começam quando as ideias acerca da origem e natureza do universo se separam do mito e da religião e são tratadas como teorias que se podem discutir: isto é, comparadas com (e porventura superadas por) teorias concorrentes. Como observou Karl Popper (1974), esta abordagem globalmente racionalista para compreender o mundo pode ser considerada como um tipo de tradição de "segunda ordem" onde o que conta não são crenças particulares (perspectivadas como sagradas, ancestrais, e desse modo mais ou menos inquestionáveis) mas a prática do exame crítico das ideias correntes para que se possa reter apenas o que fica depois da inspecção. Ter herdado esta tradição explica a nossa tendência para contrastar conhecimento com preconceito ou com a (simples) tradição. A distinção é invejosa, o que é uma outra forma de dizer que o

conhecimento importa. E isto não é apenas um preconceito local. Uma vez desperto para o facto de mesmo as nossas mais compartilhadas posições poderem ser desafiadas, não há hipóteses de retorno para um estágio pré-crítico, para uma perspectiva tradicionalista. É por isso que a preocupação com o conhecimento já não é opcional (Williams, 2001 e Dancy, 1995).

A perspectiva racionalista pode aplicar-se a ela própria. Quando o é temos a epistemologia: um estudo de terceira ordem, segundo uma tradição de reflexão metacrítica sobre os nossos objectivos e procedimentos epistemológicos. Temos uma tradição de investigação centrada no tipo de questões que iniciamos.

Dada esta perspectiva de epistemologia, é fácil ver por que razão o cepticismo é especialmente difícil de ignorar. O cepticismo é o gato com o rabo de fora do racionalismo ocidental: um ataque argumentativamente sofisticado à própria argumentação racionalista. Representa o caso extremo da tradição da investigação crítica reflexivamente aplicada. Desde os primórdios da filosofia ocidental, tem havido uma contra-tradição que defende que os limites da razão são muito mais estreitos do que os epistemólogos optimistas gostam de pensar, que a própria ideia de razão é uma armadilha e uma ilusão e que, mesmo que não o fosse, o conhecimento científico e filosófico acaba por não ser o que se pensa que é. Se o cepticismo não pode ser refutado, a perspectiva racional destrói-se a si própria.

Resumindo, todos os problemas anteriormente estruturados são significativos apenas no caso de haver conhecimento. Supondo que ele existe pode-se perguntar para que o queremos? Queremo-lo de qualquer forma, ou por causa de determinados objectivos e em determinadas situações? O conhecimento é o único objectivo da investigação, ou há outros com igual (ou maior) importância?

Estes problemas estão todos interligados, o que significa que a forma como lidamos com um impõe constrangimentos ao modo como lidamos com os outros. Todavia, o modo como um determinado filósofo ajuíza a sua importância relativa irá condicionar o sentido que uma dada teoria do conhecimento necessita alcançar e como a forma como pode ser defendida. Isto é típico na filosofia, sendo habitual constatar profundos desacordos não apenas em relação à correcção das respostas a um conjunto determinado de perguntas mas também às próprias questões (Williams, 2001 e Dancy, 1995).

O papel do cientista / investigador

Neste processo importa agora fazer uma breve referência às qualidades bem como aos limites com os quais se deparam por norma os principais interessados nestas análises: os cientistas/investigadores. Em última instância, são eles que poderão condicionar a análise ou ser influenciados por ela.

a) Construção do objecto científico

Existe desde logo um aspecto importante: o facto do objecto científico ser *construído* pelo cientista. Desta forma, enquanto o empirismo proclamava métodos de observação e medição directos, o racionalismo proclama a necessidade de uma aproximação mediata, indirecta, através da proposta de uma teoria de base. Quer isto dizer que enquanto o empirista fica satisfeito com uma primeira análise, o racionalista deve ter um segundo olhar mais vigilante que permita confirmar a primeira experiência.

Consequentemente, este novo objecto científico provirá de um espaço e de uma *realidade* que não é única nem absoluta, mas relativa e *representada*. Estamos perante um novo "espaço pensado" onde os "fenómenos são representados" e onde de acordo com Bachelard (1996a) "o mundo em que se pensa não é o mundo em que se vive".

Deste modo, o pesquisador deve ter um cuidado permanente e extremo no que respeita à definição um método de investigação que corte com o empirismo, pois é comum a sedução pelo primeiro olhar, como se o caminho do cientista parasse nesse primeiro passo, o que é considerado por Bachelard (1996a) como um obstáculo ao desenvolvimento do conhecimento.

Outra característica subjacente ao objecto científico neste século XX prende-se com o facto de agora já não se trabalhar tanto com objectos em si mesmo, mas com as relações que o determinam (Bachelard, 1996). Desta forma, proclama-se a ruptura com a noção clássica de métodos válidos para toda e qualquer situação de pesquisa, para passar a assumir-se que todo o pensamento científico se deve adaptar às novas experiências (Bachelard, 1996). De acordo com o autor, os processos de experimentação só têm validade no contexto para os quais foram construídos, o que significa que perdem a sua eficácia quando são mecanicamente trans-

portados para outras experiências. Deve-se evitar confiar nos hábitos quando se observa (Bachelard, 1988).

De acordo com a proposta bachelardiana de método científico, os métodos devem evoluir e adaptar-se às exigências do objecto, tendo em atenção que não se deve confundir *rigor científico* com *rigidez metodológica*, pois neste caso pode-se limitar a criatividade e imobilizar o pensamento.

Um aspecto digno de realce para o desenvolvimento do conhecimento e sucesso de um estudo prende-se com o conceito de "obstáculos epistemológicos" (Bachelard, 1996). O sucesso de uma pesquisa com carácter científico só poderá ser atingida quando se superarem ou neutralizarem estes obstáculos.

Caso os pesquisadores envolvidos não tenham sucesso na superação destes obstáculos, toda a pesquisa, desde os seus fundamentos até às suas conclusões poderá ficar comprometida (Bachelard, 1996).

A produção do conhecimento releva o papel activo e imprescindível atribuído ao investigador, que pela ânsia da paixão inesgotável pela descoberta lhe permite identificar uma lógica emergente que ordena os factos, articula dados e permite a progressão do conhecimento patente nos resultados da investigação. Desta forma, a produção científica deve ser encarada como um processo sistemático de construção, de negação e de reconstrução de novas teorias (Polanyi, 1964).

b) Coerência

Neste contexto, o permanente questionamento dos fundamentos científicos na procura incessante de respostas sobre as quais se baseia a "nossa" verdade ou em última instância o conhecimento pessoal, pressupõe que tal desiderato seja atingido a partir de um critério fundamental: a coerência (Diniz, 1994). Mas, ele por si só não é suficiente.

c) Ética

Na medida em que o investigador integra uma prática social onde tem necessariamente de se inserir, determina que ele tenha de procurar valorizar a produção científica através da publicação científica. Este processo, ir-lhe á exigir a adopção de uma prática de citação (Haken, 1985) que seja compatível com a sua desejável capacidade de trabalho e

que esteja adequadamente integrado num universo que valorize a utilização dos resultados da produção científica (Randall, 1985).

d) Subjectividade vs objectividade

Outro aspecto que se tem de distinguir resulta da questão inerente ao conceito de subjectividade e de objectividade. Se bem que este é um aspecto importante na ciência, ele acaba por ser virtualmente inalcançável porquanto nas ciências sociais não é possível atingir um grau de objectividade análogo ao que acontece, por exemplo, nas ciências físico-químicas.

Mas existem outros obstáculos importantes. Um dos principais, pode passar pelo facto do pesquisador quando analisa o seu objecto de estudo, especialmente quando este integra o seu universo social, como acontece com o caso do Turismo ou outro, poder deixar-se levar pelo que se lhe é visível e atribuindo deste modo um estatuto de verdade que ele poderá não ter (Bachelard, 1996).

Outro obstáculo epistemológico emerge da dificuldade que os pesquisadores detêm em conseguir separar o seu conhecimento comum, as suas opiniões, os seus preconceitos, as suas avaliações decorrentes do seu estatuto pessoal e profissional do conhecimento científico que deve estar na base da procura da verdade, baseada em leis gerais, em conceitos e não em preconceitos. Por outras palavras, é fundamental a implementação de um método de pesquisa sobre um "objecto científico" que possibilite ao pesquisador evoluir no seu estudo (Bachelard, 1996).

e) Diversidade cultural

O perfil cognitivo do investigador está em permanente mutação como corolário da diversidade multicultural existente na sociedade a par das profundas transformações paradigmáticas como aconteceu com a alteração do principal dogma das ciências no século passado: a racionalidade deixa de ser a única forma de conhecimento, aparecendo uma maior flexibilização para com as compreensões empíricas, intuitivas do universo científico (Morin, 1988).

Assim, podemos afirmar que se torna importante que as pessoas sejam devidamente preparadas e educadas para se adaptarem à diversidade e à complexidade do Turismo.

A questão da complexidade pode ser parcialmente explicada pelo facto de historicamente os investigadores terem vindo a ser preparados para separar e isolar os fenómenos bem como os objectos dos seus contextos e a realidade em áreas ou disciplinas isoladas e compartimentadas umas das outras. Todavia, neste mundo multifacetado, onde há cada vez mais incertezas e onde a realidade é feita de laços e interacções o nosso sistema de educação, particularmente na área do Turismo tem-se de adaptar e aceitar que a crença no determinismo universal, que constituía o dogma da ciência no século passado desmoronou. Actualmente, o problema que se levanta é perspectivar a melhor forma de se enfrentar a incerteza (Morin, 1988).

Neste sentido, as questões ligadas à interpretação da sociedade e da educação, nomeadamente na área do Turismo pressupõem a adopção do que Oliveira (1989) apelidou de "uma nova visão da realidade que transcenda os limites disciplinares e conceituais do conhecimento". É fundamental que se alterem os sistemas educacionais de forma a que se promova um reposicionamento do ensino tendo em atenção novos padrões interdisciplinares e que exigem uma relação simultânea entre teoria e prática (Morin, 1988).

Neste sentido, podemos afirmar que um modelo de produção do conhecimento mais adequado advém da perspectiva conjuntiva e interactiva do pensamento complexo.

É importante que o conhecimento global sobre uma qualquer área científica passe pela adopção de uma metodologia que permita a descentralização das ideias de forma a se superar a fragmentação do ensino e mediante a utilização de uma visão global de mundo compatível com os problemas complexos que caracterizam a sociedade actual (Morin, 1988). Desta forma, evitar-se-á que o enfraquecimento da percepção do global conduza ao enfraquecimento da responsabilidade de cada investigador dado que cada investigador tende a ser responsável apenas por uma tarefa especializada (Morin, 1988).

f) Análise do processo de produção científica

O processo de produção científica pode ser alcançado a partir de dois métodos alternativos de cálculo: a dedução e a indução.

O primeiro método pressupõe que aquilo que é coerente será mais correcto relativamente aquilo que é incoerente. O investigador perante um determinado problema, terá de or-

ganizar os dados e o desenvolvimento da pesquisa através de um espírito metódico e recorrendo a diversas ferramentas de apoio. Nesta colocação das heurísticas dos problemas, terá de existir uma organização, uma estratégia e uma tática (Cohen, 1989).

O segundo método pressupõe que se efectuem deduções de uma teoria relativamente à sua verificação e baseia-se num conjunto de crenças racionais. A indução, mais do que um processo de descoberta, é um processo de cognição, o que acontece sempre que o campo de investigação incorpore custos elevados, não permita a total recolha de informação, ou simplesmente não exista essa infirmação (Cohen, 1989).

Naturalmente que cada ciência terá a sua própria heurística independentemente de ela poder ser ou não comum a outras ciências. Todavia, haverá sempre algo daquela que lhe é própria, no mínimo pelo tipo de aplicação como acontece com a Economia e a Sociologia (Diniz, 1994).

De uma forma global, a produção de ciência pode ser visto à luz da procura de factos, relações e teorias, independentemente de ser desenvolvida no âmbito de uma heurística conduzida por uma lógica de pesquisa e a um processo de transformação onde se passa progressivamente de problemas mal estruturados para problemas bem estruturados. Desta forma, o investigador deve dominar um código, que pode construir e reconstruir, uma linguagem e uma técnica de raciocínio sendo pois importante alguma prudência quanto ao facto de se saber se o programa da pesquisa não terá já esgotado todas as suas potencialidades heurísticas (Diniz, 1994), especialmente no que toca ao Turismo.

g) A alteração dos paradigmas

A história da ciência está umbilicalmente ligada às preocupações que os cientistas puseram em termos de procurar compreendê-la, formalizá-la e criticá-la. Os resultados obtidos em termos de produção científica serão o corolário lógico do pensamento num contexto de racionalidade ou de um acto de reflexão que em última instância será sempre fruto do perfil psicológico do investigador bem como das relações sociais que ele possa ter com outros investigadores no âmbito da discussão geral das metodologias e objectivos da investigação em curso (Merton, 1973 e Popper, 1974).

A gestão da cognição com a retrocognição torna os cientistas mais propensos à mudança, o que tem reflexos no papel atribuído à ciência. A par dos novos paradigmas científi-

cos encontramos novos paradigmas tecnológicos, todos presentes nos programas de pesquisa que produzem ou podem contribuir para as transformações científicas. Neste cenário, a alteração do paradigma tecnológico aparece como uma mais-valia para a evolução da ciência. Enquanto anteriormente mudavam os paradigmas científicos e/ou técnicos e mantinham os filosóficos, actualmente mudam todos, estando integrados em programas de pesquisa e sendo avaliados pelos resultados (Diniz, 1994).

Em termos genéricos, este processo de transição paradigmática, pode ser visto a partir da fragmentação do conhecimento, isto é pela inversão da ruptura epistemológica através da passagem do senso comum para um conhecimento científico que caracterizava a ciência moderna.

Desta forma, a possível perda de confiança epistemológica possibilita um processo de

renovação das ciências sociais através do confronto entre o conhecimento que elas produzem com outros conhecimentos alternativos. Neste contexto, a "reforma" das ciências sociais requer que se compreenda uma possível *transgressão metodológica* num processo de *transição paradigmática* (Boaventura, 1987).

Esta perspectiva pós-moderna defendida por Boaventura Santos (1996) preconiza a necessidade de se criar uma forma de conhecimento, ou melhorar uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixa de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída".

Considerações finais

Da discussão anterior verificámos que o conceito de epistemologia é extremamente amplo e pode ser encarado de forma distinta e nem sempre pacífica consoante a formação das pessoas envolvidas no seu processo. As partes envolvidas chegam a ter posições e perspectivas extremamente radicais e antagónicas umas das outras. De um lado, encontramos aqueles que defendem que a epistemologia precisa de ser "naturalizada" através de uma maior aproximação a uma ou mais ciências. Do outro lado, encontramos aqueles que argumentam que a epistemologia está pura e simplesmente morta (Williams, 2001). É claro que entre estas duas perspectivas radicais estará a solução.

Neste sentido é lícito que nos interroguemos sobre a viabilidade de existência de uma epistemologia para o turismo e a melhor forma de abordagem. Como vimos, não existe uma resposta conclusiva a uma pergunta tão intrincada, mas de qualquer das formas isso não invalida que não se tente dar um passo em frente. É neste contexto que podemos falar, talvez um pouco abusivamente, de uma epistemologia do Turismo, desde que se adoptem alguns dos procedimentos e métodos que foram anteriormente referenciados.

Independentemente do sistema utilizado, a construção do objecto turístico necessita que se ultrapasse o nível empírico e se caminhe no sentido de uma construção mais racionalista o que supõe uma adequada formulação teórica do objecto e sua relação dialéctica com a prática.

Neste contexto, podemos afirmar que a análise dos fenómenos turísticos deve ser realizada segundo o pressuposto de que o seu estudo, tal como acontece com muitos objectos na área das ciências humanas, deve ser construído segundo uma perspectiva pessoal.

Uma possível metodologia da "construção do objecto turístico" pode ser aplicada em dois momentos. Num primeiro momento, colectam-se dados históricos e descritivos necessários para a caracterização do universo empírico. Por outras palavras, começa-se a construir o seu objecto a partir da "realidade", daquilo que podemos ver ou estudar.

Num segundo momento, formula-se teoricamente a "construção do objecto turístico", a partir do seu objecto empiricamente descrito (Moesch, 2002).

De qualquer dos modos, a construção do modelo significa aceitar que a realidade não se sustenta cientificamente mas que depende de uma interpretação, a qual terá de ser formulada pela análise compósita entre teoria e prática social do pesquisador.

Outro aspecto importante é apresentado por vários autores que defendem que a pesquisa do turismo em termos epistemológicos deve ser preferivelmente encarada mais como um campo de estudos do que com uma disciplina (Cooper *et al*, 1998). Este aspecto resulta não só do facto do turismo ser um domínio de estudo multidisciplinar e interdisciplinar, mas principalmente por ser o corolário das características epistemológicas das várias ciências que o analisam. E cada ciência que se cruza com o turismo analisa segundo a sua perspectiva (Phillimore, 2004). Outro aspecto importante decorre do facto do mundo externo ao turismo depender do facto de epistemologicamente ele poder

ser analisado sob formas distintas, de tal forma que segundo Hughes (1992) neste momento ainda se está a criar o turismo e não a descobrir o fenómeno chamado turismo.

Desta forma, o turismo é muitas vezes acusado de ser muito subjectivo e de conter pouco conteúdo científico, já que as características epistemológicas das análises das várias ciências o podem tornar demasiadamente compartimentado (Phillimore, 2004).

Outro aspecto que importa salientar, resulta do facto do espaço turístico ser cada vez mais reconhecido como uma construção sócio-cultural em detrimento da mera localização física. Isto significa que é fundamental que estas relações e interacções do turismo possam reflectir os vários aspectos que o caracterizam (Phillimore, 2004; Aitchison, 1999). Também pressupõe que a teorização necessária ao seu estudo incida não só no destino, mas também nos antecedentes sócio-históricos e sócio-culturais. Como se deduz, este processo é altamente subjectivo, pelo que é imprescindível conseguir-se controlar os níveis de subjectividade tanto quanto possível e em todos os momentos da análise (Phillimore, 2004).

A par deste passo, a credibilidade não pode ser descuidada, pois ela constitui o garante de que a interpretação e a análise dos fenómenos turísticos são efectuadas de forma rigorosa. Esta credibilidade pode ser atingida a partir de quatro critérios: (i) confiança; (ii) transferência; (iii) dependência e (iv) confirmação. Existem inúmeras técnicas para se alcançar estes critérios. Todavia, independentemente do critério adoptado, o importante é que haja a preocupação de se criar um parceria entre os responsáveis pelo estudo que possibilite uma justa troca entre as análises de todos os participantes e que se consiga ter uma oportunidade de crescimento (Phillimore, 2004).

Importa ainda acrescentar que o desenvolvimento da investigação no turismo pressupõe que se tomem simultaneamente em consideração as questões epistemológicas, ontológicas e metodológicas relativamente ao pesquisador enquanto indivíduo, ao problema da pesquisa e à forma como estes elementos do processo de investigação podem interagir conjuntamente (Phillimore, 2004).

Ao longo dos anos tem sido habitual verificar-se um enorme cepticismo relativamente ao estudo e à pesquisa do turismo, principalmente por parte dos investigadores externos a esta actividade, o que exige um posicionamento distinto e inovador.

Em termos abstractos, o processo de pesquisa deve ser encarado como uma jornada que conduzirá o investigador não somente através de um intrincado labirinto das hipóteses, mas que deve ser continuamente reavaliada e escrutinada (Thomas, 2004).

Historicamente, a análise qualitativa tem sido encarada com alguma displicência e como sendo apenas um método que permite recolher dados sobre actividades, eventos ou ocorrências e comportamentos especialmente no contexto social. Tendo em atenção esta perspectiva, a análise qualitativa difere da quantitativa na medida em que não cria dados quantitativos nem hipóteses de pesquisa. Neste contexto, a análise qualitativa tem sido encarada como um método complementar à pesquisa quantitativa, o que a tem reduzido a um papel secundário e mesmo “não científico” (Phillimore, 2004).

De facto, a pesquisa quantitativa (principalmente implementada pela Psicologia, Economia, Marketing) tem o seu foco na produção de hipóteses de trabalho e na melhor forma de a testar o que pressupõe que o fenómeno que está a ser estudado se abstraia do restante contexto social. Só assim se poderão validar as hipóteses, analisar a sua consistência probabilística e extrapolar os dados. Todavia, este modelo tem sido alvo de críticas crescentes e nos últimos anos, tem-se vindo a alterar este paradigma. Embora seja necessário que o turismo utilize *inputs* estatísticos, a sua abordagem deve ser efectuada a partir do aproveitamento das vantagens de interpretar os fenómenos sob outra perspectiva – a qualitativa⁶. Segundo esta abordagem, a pesquisa qualitativa tem a vantagem de permitir o uso de novas conceptualizações e de descobrir novas formas de conhecimento independentemente dos paradigmas que sustentam a estrutura da pesquisa⁷ (Phillimore, 2004).

Esta discussão reflecte muita da literatura que defende que podem existir no mínimo dois campos de estudo no turismo. O primeiro campo está relacionado com os estudos dos negócios turísticos e inclui o marketing turístico, a estratégia corporativa e a gestão do turismo. Complementarmente, temos a outra área de estudos turísticos que pode ser caracterizada como os negócios não turísticos. Este

⁶ Aqui encontramos a Sociologia, a Geografia, o Direito e a Antropologia por exemplo.

⁷ Os paradigmas referidos são o positivista, o pós-positivista, o crítico e o interpretativo (Phillimore, 2004).

campo inclui áreas tão distintas como o impacto ambiental, as percepções turísticas e os impactos sociais. Neste contexto, foi proposta que se apelidasse o primeiro campo de estudos como "externalidades de impacto" e o segundo campo de estudos como "desenvolvimento de negócios" (Phillimore, 2004).

Desta forma e de acordo com esta proposta, qualquer desenvolvimento em termos de conhecimento no campo turístico pressupõe a utilização de várias disciplinas e subdisciplinas que operam no mundo do turismo em termos de interdisciplinaridade de negócios e negócios não relacionados com o turismo (Phillimore, 2004).

Da discussão anterior, podemos concluir que a pesquisa na área do turismo neste século XXI não só tem de ser totalmente distinta do passado (Jennings, 2001) como a pesquisa turística é uma jornada, baseada numa múltipla abordagem e partindo do princípio de que os métodos quantitativos por si só não permitirão ao pesquisador conseguir captar o total entendimento dos assuntos estudados.

Neste contexto, a abordagem qualitativa que tradicionalmente tem sido encarada de forma pejorativa e muito minimizada relativamente aos paradigmas quantitativos (Jennings, 2001) deve ser agora encarada como um elemento complementar estratégico para se alcançar novos padrões de desenvolvimentos metodológicos no âmbito da pesquisa do turismo. Contudo, se bem que seja necessário promover mais a pesquisa em moldes qualitativos, isto não obriga a que seja necessário adoptar a totalidade dos métodos qualitativos (Phillimore, 2004).

No turismo não se devem tomar decisões sobre qual é a melhor metodologia (qualitativa/quantitativa), mas que metodologia é melhor para compreender o fenómeno turístico (Jennings, 2001). A opção entre uma análise qualitativa e quantitativa deve considerar qual é a melhor combinação a utilizar (Jennings, 2001): (i) uso de uma aproximação dedutiva (quantitativa) ou indutiva (qualitativa); (ii) relações causais (quantitativas) ou realidades múltiplas (qualitativas); (iii) relações objectivas (quantitativa) ou subjectivas (qualitativa); (iv) amostragem aleatória (quantitativa) ou não aleatória (qualitativa); (v) dados numéricos (quantitativo) ou unidades textuais (qualitativo); (vi) representações estatísticas (quantitativa) ou temas identificados (qualitativa); (vii) relatório escrito na voz passiva (quantitativa) ou na voz activa (qualitativa).

No fundo, como já se viu anteriormente, pelo facto do tu-

rismo ser uma actividade interdisciplinar que cruza múltiplas abordagens, isto pressupõe que se preste mais atenção ao processo criativo de produção de conhecimento sem o qual não se terá sucesso (Phillimore, 2004).

Neste processo, é fundamental que se consiga procurar um consenso entre objectividade e cientificidade. Por outras palavras, existem algumas questões éticas que devem ser salvaguardadas. Os estudos na área do turismo podem ser veículos para a promoção da riqueza da diversidade (por exemplo no caso do turismo cultural), mas podem ser condicionados pelas premissas ou pela experiência pessoal do investigador. A produção científica deve procurar salvaguardar que a produção de conhecimento "válido" está legitimada e que é universal.

Referências Bibliográficas

- AITCHISON, C. (1999), "Heritage and nationalism – gender and the performance of power", in D. Crouch (ed.), *Leisure/Tourism Geographies: Practices and Geographical Knowledge*, Routledge, London.
- BACHELARD, Gaston (1972), "Conhecimento comum e conhecimento científico", *Tempo Brasileiro*, nº28, Jan.-Mar., São Paulo, p. 47-56.
- BACHELARD, Gaston (1996), *A Formação do Espírito Científico: Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento*, Contraponto, Rio de Janeiro.
- BACHELARD, Gaston (1996a), *O Novo Espírito Científico*, Edições 70, Lisboa.
- COHEN, Paul (1985), *Heuristic Reasoning about Uncertainty: an Artificial Intelligence Approach*, Pitman, London.
- COMTE, Augusto (1976), *Discurso sobre o Espírito Positivo*, Globo/EDUSP, Porto Alegre.
- COOPER, C.; Fletcher, D.; Gilbert, R.; Sheperd, R.; Wanhill, S. (1998) *Tourism: Principles and Practices*, Pitman, London.
- DANCY, Jonathan (1995), *Oxford Companion to Philosophy*, Oxford University Press, London.
- DINIZ, Aires (1994), *A Lógica da Investigação Científica e a Pluralidade dos Métodos ou como a Filosofia é Demasiado Importante para ser Deixada aos Filósofos*, Livraria Minerva, Coimbra.
- GOLDMANN, Lucien (1984), *Epistemologia e Filosofia Política*, Editorial Presença, Lisboa.

- HAKEN, H. (1985), *The Identification of Progress in Learning*, T. Hagerstrand, Cambridge University Press, Great Britain.
- HUGHES, G. (1992) "Changing approaches to domestic tourism: Foucault and the eye-of-power", *Tourism Management*, 20(1), pp. 7-23.
- JENNINGS, Gayle (2001), *Tourism Research*, Brisbane, John Wiley, USA.
- KHUN, Thomas (2003), *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Perspectiva, São Paulo.
- MERTON, Robert (1973), *The Sociology of Science – Theoretical and Empirical Investigations*, N. W. Storer, The University of Chicago Press, United States of America.
- MOESCH, Marutschka (2002), *A Produção do Saber Turístico*, Contexto, São Paulo.
- PHILLIMORE, Jenny; Lisa Goodson (2004), *Qualitative Research in Tourism: Ontologies, Epistemologies and Methodologies*, Routledge, London.
- POLANYI, Michael (1964), *Personal Knowledge Towards a Post-Critical Philosophy*, Hasper Torchbooks, New York.
- POMBO, Olga (s/d), "Apontamentos sobre o Conceito de Epistemologia e o Enquadramento Categorical da Diversidade de Concepções de Ciência", [<http://www.cfcul.fc.ul.pt/equipa/olga%20pombo/opombo.htm>].
- POPPER, Karl (1974), *Unended Quest, an Intellectual Autobiography*, The Open Court Publishing Company, Cultrix.
- RANDALL, Alan (1985), "Methodology, Ideology and the Economics of Policy: Why Resource Economists Disagree", *American Journal of Agriculture Economics*, USA, pp. 1022 - 1029.
- SANTOS, Boaventura (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*, Afrontamento, São Paulo.
- SANTOS, Boaventura (1996), *Para uma Pedagogia de Conflito*, L. H. Silva, Sulina.
- THOMAS, Karen (2004), "The research process as a journey: from positivist traditions into the realms of qualitative inquiry", in Phillimore, Jenny; Lisa Goodson (2004), *Qualitative Research in Tourism: Ontologies, Epistemologies and Methodologies*, Routledge, London.
- WILLIAMS, Michael (2001), *Problems of Knowledge: a Critical Introduction to Epistemology*, Oxford University Press, Oxford.